



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

## O Associativismo Estudantil e a Participação Associativa na Escola Secundária\*

José Augusto Palhares

O capital de conhecimentos acumulado em torno do objecto de estudo associativismo estudantil parece indicar um desinteresse genérico, quer pelos investigadores em ciências sociais, quer pelos de ciências de educação. Os poucos contributos registados dentro da temática têm privilegiado, sobretudo, o ensino superior, muitos dos quais produzidos na *ressaca* dos movimentos (sociais) estudantis que emergiram no contexto universitário e assolaram a sociedade portuguesa na década de sessenta. De entre esses contributos — a maior parte de cariz jornalístico ou de cariz testemunhal por parte de alguns dos mais importantes protagonistas na luta estudantil contra o anterior regime — não conseguimos vislumbrar senão parcelas de uma realidade que se apresenta, na óptica de

Nuno Caiado, com um peso cultural e político “indeterminado e difuso”<sup>[1]</sup>. Note-se que o trabalho deste autor que ora referenciamos constitui, em nosso entender, uma importante excepção no panorama investigativo dos movimentos estudantis, já que se afigura como foco problematizador e simultaneamente de enquadramento dos actuais modelos associativos no ensino superior. E estando os movimentos estudantis intrinsecamente associados à problemática da juventude, o desinteresse investigativo em meio académico justificar-se-ia, segundo o autor, por um lado, pela menor atenção que, até há pouco, aquela problemática esteve voltada e, por outro lado, pelo carácter difuso destes movimentos sociais, pois,

“(…) pela sua natureza e condições de existência, os movimentos estudantis não têm podido realizar uma memória nem acumular, sistemática e sistematizadamente, informação: a sua composição social é de jovens, que passam pelas escolas, com um estatuto de transição”<sup>[2]</sup>.

Mesmo após os estudos sobre a juventude portuguesa na década de oitenta, os dados que se dispõem presentemente sobre o fenómeno do associativismo estudantil são escassos e de

natureza extensiva, limitando-se a fornecer taxas de pertença e participação nas diversas associações.<sup>[3]</sup>

O diagnóstico traçado por Nuno Caiado em torno dos movimentos estudantis do ensino superior, em finais da década de oitenta, apontava para o “declínio e falência do modelo de intervenção político-associativo” — cujo vigor se acentuou nas várias escolas do ensino superior sobretudo no *período revolucionário* — que se fez sentir particularmente a partir de 1977 face à “emergência

dos primeiros traços de uma nova condição juvenil”<sup>[4]</sup>. Desta feita, assistiu-se à “diluição da condição estudantil na condição juvenil”, em parte pelo facto da instituição universitária ter perdido a influência preponderante na socialização e aprendizagem cívico-políticas dos jovens estudantes, com repercussões na *força sindical* das respectivas associações de estudantes. Tal como concluiu este autor,

“(…) nos primeiros anos da década de oitenta estruturados em base associativa, isto é, em AEs por escola, os movimentos estudantis tiveram dificuldade, senão mesmo impossibilidade, de se viabilizarem. Os estudantes deixaram de ter interesses próprios muito significativos a defenderem, passando a ser definidos cada vez mais pela problemática especificamente juvenil”.<sup>[5]</sup>

O panorama investigativo do associativismo estudantil no ensino secundário tem-se resumido a breves referências, muitas vezes complementares a outras problemáticas mais amplas, sem que

tenha conseguido granjear a centralidade investigativa que, porventura, tal fenómeno exigiria num quadro de uma educação democrática e participativa. Sem ignorar esses contributos dispersos, entre os quais M. Braga da Cruz *et al.*<sup>[6]</sup> e M. Emília Brederode Santos e M. do Céu Roldão<sup>[7]</sup>, julgamos, no entanto, que os resultados mais expressivos emergiram, recentemente, no âmbito de um projecto de investigação fundamental em administração educacional intitulado *Associativismo Estudantil e Organização Escolar no Ensino Secundário*, desenvolvido por uma vasta equipa de investigadores do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, desde meados de 1990 até finais de 1994.<sup>[8]</sup>

Partindo, justamente, da inexistência de estudos sobre o domínio, assim como da necessidade de apurar quais os factores que presumivelmente concorriam para uma pretensa crise do associativismo estudantil e adoptando o pressuposto de que a participação estudantil no contexto escolar poderia contribuir para a “(...) construção de uma escola de sucesso, em particular nas dimensões socializadora e estimuladora da educação escolar”<sup>[9]</sup>, a adopção de diferentes linhas de investigação sobre o mesmo objecto de estudo possibilitou a sua desmontagem pela confrontação de diferentes registos e percursos teóricos e metodológicos. Não obstante estes focalizarem diferentes dimensões da realidade associativa, numa óptica que se traduziu no final pela sua complementaridade, as principais conclusões convergiram, de forma mais ou menos articulada, para o questionamento da configuração do modelo associativo na actual escola secundária. Se para Carlos V. Estêvão e Almerindo J. Afonso a associação de estudantes (AE), se assemelha, pelas suas especificidades organizacionais, a uma *estrutura dissipativa*, isto é,

“(...) uma estrutura que é *sui generis* dada a sua fluidez, os graus de informalidade e irregularidade, a pouca complexidade e o facto de não ser um *locus* permanente de poder ou de influência”,<sup>[10]</sup>

abrindo portas para a sua problematização, já para Ivo Domingues, Leonor Torres e Virgínio Sá, a lógica do enquadramento organizacional e do funcionamento da AE suscita não tanto a sua problematização mas antes a existência de associativismo estudantil na escola secundária:

“(...) poderíamos dizer, como já afirmámos, que existe AE mas não existe associativismo estudantil. Este, nesta escola secundária, e provavelmente nas demais, afigura-se a um fenómeno que, em boa parte, é mais um construto ideológico, manipulado pelos indivíduos que utilizam um discurso político, ou um construto teórico, formalizado pelos analistas sociais e organizacionais, do que uma realidade social assente na participação activa e na actualização diária da escolaridade e da escola”.<sup>[11]</sup>

Para os primeiros, o recurso à análise das racionalidades dos diversos actores em interacção no contexto da escola como organização, permitiu infirmar o pressuposto de que, mesmo possuindo autonomia orgânica e administrativa legalmente consagrada, a AE “(...) nem emerge como pólo da experiência escolar nem se configura como contexto da autonomia estudantil.”<sup>[12]</sup> Neste sentido, a AE não consegue recobrir uma imagem consensual quanto ao seu papel na escola, quer entre os alunos — que a ignoram, a não ser no período eleitoral, e a subalternizam, pelo recurso a outros órgãos da escola —, quer entre os professores — que a vêem como representativa apenas de um grupo de alunos —, entre os órgãos de gestão — que a instrumentalizam na prossecução de alguns dos seus objectivos — e entre os líderes estudantis — que a vêem como “uma instância de afirmação de direitos e de algum poder”<sup>[13]</sup>.

Uma das perplexidades organizacionais, que advém da existência da AE como órgão pretensamente representativo dos alunos, centra-se na dificuldade em inseri-la em quaisquer estruturas formais: nem aparece no organograma da escola, que consubstancia a sua existência no espaço escolar; nem noutro espaço exterior à escola, uma espécie de sindicato dos estudantes; nem mesmo enquadrado na estrutura do Instituto da Juventude, que exerce poder de regulação legal, financeira e administrativa.

A AE como uma espécie de “*estrutura ausente*”, como lhe chamou Carlos V. Estêvão e Almerindo J. Afonso, que só se manifesta em período eleitoral, é caracterizada pela sua desconexão organizacional, como realçam Ivo Domingues

*et al.* Para estes últimos, esta desconexão existe, por um lado, entre o discurso jurídico-normativo que consagra e regulamenta a existência e o funcionamento da AE<sup>[14]</sup> e as práticas associativas na escola secundária; e por outro lado, entre a AE e os órgãos de gestão da escola, entre a AE e os professores e entre a AE e os alunos.<sup>[15]</sup> A primeira desconexão pode ser ilustrada pela desarticulação verificada entre os direitos legalmente consagrados e a sua concretização na prática

da organização escolar — por exemplo, o art. 15.º, na secção dos direitos específicos das AE, refere que ela deve participar no “acompanhamento da actividade dos órgãos de gestão e da acção social escolar”<sup>[16]</sup>, quando na realidade a AE não tem representação atribuída nos órgãos de gestão da escola. A segunda desconexão revela-nos uma desarticulação múltipla evidenciadora de um distanciamento (recíproco) entre os vários parceiros na organização escolar, sendo de destacar o fechamento da AE em relação aos alunos:

“Estes participam na escolha de novos líderes associativos mas não procuram nem esperam da AE serviços e intervenções de natureza académica e desprezam outras formas de interacção e mútuo conhecimento a estabelecer com a direcção eleita.”<sup>[17]</sup>

Destacamos, finalmente, um outro importante contributo para a clarificação do actual movimento associativo estudantil na escola secundária, nomeadamente o que se detém na análise das relações entre as associações de estudantes e as Organizações Partidárias de

Juventude (OPJ), proporcionado por Carlos A. Gomes e Licínio C. Lima<sup>[18]</sup>. Se no período subsequente ao 25 de Abril a expansão deste movimento foi acompanhada por uma forte politização e encarniçadas lutas político-partidárias pela posse do espaço de poder na instituição escolar, com o enfraquecimento do movimento associativo estudantil assistiu-se progressivamente à reconversão das estratégias políticas das OPJs face à tomada daqueles espaços proporcionados pelo controlo directo das AE. É neste sentido que se tende a adoptar um discurso de despartidarização das AE, criando-se a ilusão da neutralidade político-ideológica das listas associativas, mesmo que o apoio material (cartazes, autocolantes, etc.) se concretize de forma mais ou menos oculta e seja encarado,

pelos partidos, como um “ideal de serviço”<sup>[19]</sup>. Mas, como sustentam Carlos A. Gomes e Licínio C. Lima, a partir da análise aos líderes das OPJ, “(...) para salvaguardar a multiplicidade de interesses que se jogam no campo associativo (reprodução política, prestação de serviços políticos aos partidos-quadro, conquista de influência sobre a juventude), as OPJ viram-se forçadas a substituir o modelo histórica e politicamente esgotado da partidarização total por um novo modelo que, baseado na técnica da camuflagem permitiu, até ao momento (e não obstante a sua crescente denúncia

e contestação), manter o associativismo estudantil na esfera dos interesses partidários.”<sup>[20]</sup> Entretanto, a consumação desta estratégia por parte das OPJ não pode concretizar-se sem a cumplicidade dos líderes associativos e/ou concorrentes às eleições, na medida em que ocorre uma transacção política que pressupõe, de um lado, o fornecimento de materiais de campanha (com indicadores mais ou menos ocultos da origem partidária) e outro tipo de apoios (como a formação de líderes associativos, etc.), de outro lado, a capitalização deste apoio, quando plasmado na conquista da associação, traduz-se no consentimento de que essa vitória poderá ser contabilizada como mais uma bandeira do partido apoiante. Esta estratégia de tipo “controlo remoto” tem, no entanto, implicações na própria qualidade do associativismo praticado, pois, segundo aqueles autores,

“A manter-se a referida cumplicidade estratégica reduzir-se-á, em consequência, o potencial democrático e participativo do associativismo estudantil, subordinando-o a lógicas tradicionais de representação e de dominação política no quadro de uma concepção elitista de democracia.”<sup>[21]</sup>

A representação idealizada de AE como órgão corporativo, veiculada pela generalidade dos alunos das escolas por nós investigadas, confronta-se quotidianamente com os efeitos emergentes da sua prática efectiva, o que, em última instância, poderá constituir uma via para a compreensão da desmobilização verificada pós-eleições associativas. A racionalidade prevalecente na estruturação das listas, associada à deslegitimação representativa dos alunos junto dos órgãos de direcção e gestão da escola, assim como à descoincidência entre o *timing* eleitoral e a organização lectiva, constituem possíveis pontos de fuga para a coexistência aparentemente pacífica entre duas lógicas associativas, a idealizada e a praticada. Ao serem recrutados para a constituição das listas, fundamentalmente, alunos dos anos terminais de escolaridade, estão criadas as condições para a construção de uma dinâmica associativa virtual e efémera, já que estes tão depressa a estruturam como logo a seguir a desmoronam. Se, por um lado, a idade mais avançada parece conferir um estatuto mais consentâneo com a responsabilização associativa, simultaneamente, por outro lado, ela exerce uma pressão de sentido inverso, no deslocamento dos eleitos para os domínios da concretização individual dos seus interesses escolares. Concomitantemente emerge um paradoxo eleitoral: quem mais participa no processo eleitoral é também quem se encontra mais excluído das listas associativas (os alunos mais novos e as alunas).

A AE aparece, assim, espartilhada numa camisa de forças, cujo afrouxamento se propicia em momentos de potencial envolvimento e visibilidade, configurados no período destinado às eleições associativas. Não será, pois, de estranhar que a bandeira da defesa intransigente dos interesses dos alunos seja içada nesta altura, na tentativa de perpetuar a institucionalização deste órgão pretensamente associativo.

Como fenómeno social e organizacionalmente construído, o associativismo estudantil no contexto

da escola secundária (fundamentalmente nas escolas por nós investigadas) parece evoluir para uma situação de antagonismo: em período eleitoral, actua como “*movimento centrípeto*”, fazendo convergir todas as sinergias da escola para o seu centro, onde se privilegia um discurso de responsabilização associativa; pós-período eleitoral, assemelha-se a um “*movimento centrífugo*”, no sentido do afastamento das preocupações e propostas sugeridas na campanha, logo de desresponsabilização associativa. Daí que, actualmente, a AE se mantenha refém de uma imagem que ela própria ajudou a edificar, não tanto ancorada na efemeridade eleitoral, mas, sobretudo, derivada das suas práticas irregulares e descontínuas ao longo do restante ano lectivo.

## Referências Bibliográficas

- BOAVIDA, Ana M. Caiado. “Tópicos Sobre a Prática Política dos Estudantes Republicanos (1890-1931): Limites e Condicionantes do Movimento Estudantil”, in *Análise Social*, Vol. XIX (77-78-79) (1983), pp. 743-756.
- CAIADO, Nuno. *Movimentos Estudantis em Portugal: 1945-1980*. Lisboa: IED, 1990.
- CRUZ, M. Braga da *et al.* *Os Jovens e a Política. Políticas de Juventude e Juventudes Políticas em Portugal*. Lisboa: ICS, 1985.
- DOMINGUES, Ivo *et al.* “O Associativismo Estudantil Numa Escola Secundária: Estruturas, Práticas e Paradoxos”, in *Inovação*, Vol. VIII (1-2) (1995), pp. 123-149.
- ESTÊVÃO, Carlos V. & AFONSO, Almerindo J. “A Associação de Estudantes em Contexto Escolar: A Construção Sociológica de uma Singularidade Organizacional”, in Relatório Final do Projecto de Investigação Fundamental em Administração Educacional intitulado *Associativismo Estudantil e Organização Escolar no Ensino Secundário*, no prelo (policopiado).
- GOMES, Carlos A. (Coord.). “Simpósio: O Associativismo Estudantil na Escola Secundária”, in *Ciências da Educação: Investigação e Acção — Actas do II Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação*. Vol. I. Porto: SPCE, 1995, pp. 535-568.
- GOMES, Carlos A. & LIMA, Licínio C. “As Organizações Partidárias de Juventude e o Associativismo Estudantil: A Lógica da Partidarização no Quadro de um Novo Discurso e de uma Nova Estratégia”, in *Revista Portuguesa de Educação*, Vol. 5 (3), 1992, pp. 49-80.
- GOMES, Carlos A. & LIMA, Licínio C. “Associativismo Estudantil no Ensino Secundário e Reprodução Política das Organizações Partidárias de Juventude”, in Relatório Final do Projecto de Investigação Fundamental em Administração Educacional — *Associativismo Estudantil e Organização Escolar no Ensino Secundário*, no prelo (policopiado).
- SANTOS, M. Emília Brederode & ROLDÃO, M. Céu. “As Associações de Estudantes no Ensino Secundário. Um Modo de Promover o Desenvolvimento Sócio-Moral e a Formação Cívica dos Jovens?”, in *Desenvolvimento — Os Jovens Nós*, nº especial, 1986, pp. 79-91.

## Outros Documentos Citados

*Projecto de Investigação Fundamental em Administração Educacional* — Desenho do Projecto apresentado em Abril de 1990 no âmbito do Programa de Apoio a Projectos de Investigação em Educação no País, da Fundação Calouste Gulbenkian.

Lei nº 33/87 de 11 de Julho que *Regula o Exercício do Direito de Associação de Estudantes*.

---

\*  
— Esta comunicação reproduz integralmente algumas partes do Trabalho de Síntese das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, intitulado *A Juventude, a Participação e a Escola. A Participação Estudantil em Eleições Associativas na Escola Secundária*, no âmbito da passagem à categoria de assistente na Universidade do Minho.

[1] Cf. Nuno Caiado, *Movimentos Estudantis em Portugal: 1945-1980*, Lisboa: IED, 1990, p. 3.

[2] *Id.*, *ibid.*, p. 5.

[3] Muito recentemente, no início do presente ano, foi apresentada na Universidade do Minho uma tese de dissertação de mestrado em educação, variante de administração escolar, por Jorge Manuel Mendes, sobre *O Associativismo Estudantil Numa Escola Superior. Articulações e Desarticulações na Gestão Associativa*, onde se adoptou um registo metodológico de cariz etnográfico baseado num estudo de



caso de uma associação de estudantes de um Instituto Politécnico no interior do país. Recorde-se, no entanto, o contributo sobre a prática política dos estudantes na viragem do século até os anos trinta de Ana M. Caiado Boavida, "Tópicos Sobre a Prática Política dos Estudantes Republicanos (1890-1931): Limites e Condicionantes do Movimento Estudantil", in *Análise Social*, Vol. XIX (77-78-79) (1983), pp. 743-756.

[4] Cf. Nuno Caiado, *op. cit.*, p. 255.

[5] *Id.*, *ibid.*, p. 274.

[6] Trata-se de uma secção enquadrada no ponto relacionado com as organizações sócio-profissionais de juventude no âmbito do estudo sobre o *comportamento social da juventude em Portugal*. Cf. M. Braga da Cruz *et al.*, *Os Jovens e a Política. Políticas de Juventude e Juventudes Políticas em Portugal*. Lisboa: ICS, 1985, pp. 71-81.

[7] Referimo-nos a um artigo que procura apontar um percurso de análise no estudo do associativismo estudantil na escola secundária e simultaneamente apresenta conclusões preliminares desse estudo. Cf. M. Emília Brederode Santos e M. do Céu Roldão, "As Associações de Estudantes no Ensino Secundário. Um Modo de Promover o Desenvolvimento Sócio-Moral e a Formação Cívica dos Jovens?", in *Desenvolvimento — Os Jovens e Nós*, nº especial, 1986, pp. 79-92.

[8] Dos trabalhos já publicados no âmbito deste projecto, referenciamos Carlos A. Gomes e Licínio C. Lima, "As Organizações Partidárias de Juventude e o Associativismo Estudantil: A Lógica da Partidarização no Quadro de um Novo Discurso e de uma Nova Estratégia", in *Revista Portuguesa de Educação*, Vol. 5 (3), 1992, pp. 49-80.; Carlos A. Gomes (Coord.), "Simpósio: O Associativismo Estudantil na Escola Secundária", in *Ciências da Educação: Investigação e Acção — Actas do II Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação*, Vol. I, Porto: SPCE, 1995, pp. 535-568; e Ivo Domingues *et al.*, "O Associativismo Estudantil numa Escola Secundária: Estruturas, Práticas e Paradoxos", in *Inovação*, Vol. VIII (1-2) (1995), pp. 123-149. Encontra-se no prelo, sob a forma de livro, o relatório final do projecto que para além destes trabalhos mais desenvolvidos se encontram outros sobre outras dimensões estudadas do associativismo.

[9] Cf. *Projecto de Investigação Fundamental em Administração Educacional — Desenho do Projecto* apresentado em Abril de 1990 no âmbito do Programa de Apoio a Projectos de Investigação em Educação no País, da Fundação Calouste Gulbenkian.

[10] Cf. Carlos V. Estêvão e Almerindo J. Afonso, "A Associação de Estudantes em Contexto Escolar: A Construção Sociológica de uma Singularidade Organizacional", in Relatório Final do Projecto de Investigação Fundamental em Administração Educacional intitulado *Associativismo Estudantil e Organização Escolar no Ensino Secundário*, no prelo (policopiado).

[11] Cf. Ivo Domingues *et al.*, *op. cit.*, p. 146.

[12] Cf. Carlos V. Estêvão e Almerindo J. Afonso, *op. cit.*

[13] *Id.*, *ibid.*

[14] Veja-se a Lei nº 33/87 de 11 de Julho que *Regula o Exercício do Direito de Associação de Estudantes*.

[15] Cf. Ivo Domingues *et al.*, *op. cit.*

[16] Cf. Lei nº 33/87 de 11 de Julho que *Regula o Exercício do Direito de Associação de Estudantes*, art. 15.º, alínea c).

[17] Cf. Ivo Domingues *et al.*, *op. cit.*

[18] O artigo atrás citado de Carlos A. Gomes e Licínio C. Lima baseou-se, essencialmente, na análise das entrevistas aos líderes nacionais das Organizações Partidárias de Juventude (OPJs). O contributo destes autores para o Relatório Final do Projecto citado, que recorre também às entrevistas aos líderes locais das OPJs, intitula-se "Associativismo Estudantil no Ensino Secundário e Reprodução Política das Organizações Partidárias de Juventude". Seguiremos este último trabalho.

[19]

Cf. Carlos A. Gomes e Licínio C. Lima, "Associativismo Estudantil no Ensino Secundário e Reprodução Política das Organizações Partidárias de Juventude", ed. cit.

[20]

*Id., ibid.*

[21]

*Id., ibid.*